



**Governo do Estado de São Paulo
Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo
Comitê Interno de Governança**

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 149.00003524/2025-80

Interessado: Comitê Interno de Governança

Assunto: 1ª Reunião CIG e Delegados Regionais

Ao dia 10 de dezembro do ano de 2025, das 9 h às 12 h 30 min, realizamos, na modalidade presencial, no auditório Antonio Cortazzo, do prédio Sede, a 1ª Reunião do Comitê Interno de Governança (CIG) com presença unânime dos Delegados Regionais.

A Coordenadora Substituta do CIG, Solange Sarri, abriu a reunião apresentando slides sobre a base legal da formação do CIG e as atribuições do comitê.

Ato contínuo, a membra do CIG, Thamyres Raiane, igualmente, apresentou, por meio de *slides*, as ações realizadas durante os anos de 2024 e 2025, agradeceu a contribuição de todos os Delegados durante as visitas realizadas, sobretudo acerca da importância dos acompanhamentos em trabalho de campo, junto com as equipes, nas mais diversas áreas de atuação e, em seguida abriu-se espaço para os Delegados expressarem suas percepções acerca dos trabalhos do CIG, bem como registrarem as maiores dificuldades de cada Delegacia, e expor sugestões de melhorias.

Dentre as ações realizadas, pelo CIG, Thamyres citou o curso de fraudes em bombas de combustíveis, cuja implementação encontra-se em fase final, a liberação do AVCB do prédio sede, ação junto a Prefeitura de São Carlos para a liberação da acessibilidade no prédio da Delegacia e a padronização de atividades para os Diretores de Núcleo das Delegacias Regionais.

A primeira deliberação da reunião deu-se acerca do indicador para o pagamento da bonificação por resultados. O 'Índice de Reprovação de Bombas Medidores', cuja mensuração compõe o Plano Plurianual (PPA) que estabelece as diretrizes e as metas do governo, mostrou-se improfícua, no entendimento unânime dos presentes, configurando a necessidade de escuta ativa dos Delegados na definição de indicadores.

Ainda acerca do Índice de Reprovação de Bombas Medidores, Rogerio Fernandes sugeriu a elaboração de Nota Técnica, com a participação dos Delegados, pleiteando a revisão dos indicadores.

A segunda deliberação veio pela Sabrina Kamei de Freitas, Delegada da Sul, pedindo atenção redobrada quanto a nova configuração do processo da Auto Declaração, enfatizando o aumento no consumo de lacres, a questão da rastreabilidade, a GRU antecipada e a impossibilidade de recobrança, por conflitar com a natureza do serviço, restando definida a

necessidade de agendamento de reunião específica para tratamento do tema, assunto que não demanda a gestão do CIG.

A terceira deliberação apresentada por Luis Godinho, Delegado de Sorocaba, deu-se acerca da sugestão de ampliação dos Bancos para empréstimos consignados, considerando que atualmente temos apenas as opções do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, ventilando a possibilidade de inclusão dos atuais bancos digitais. Sandra Hase, membra do CIG e gestora de RH, manifestou-se esclarecendo sobre a precariedade de recursos humanos para a gestão desses contratos, estimulando que cada interessado buscasse formas individuais para tal pleito.

A quarta deliberação, manifestada por Gustavo Sanchez, Delegado de Bauru, tratava da subjetividade do processo de evolução funcional que, com a anuência de todos os presentes, vem se mostrando, desde 2010, mais como um processo de desmotivação e exaustão, do que um processo de benefício para a instituição.

Gustavo Sanchez sugeriu que, dentro das competências exigidas pelos normativos, fossem inseridos quantitativos para minimizar a subjetividade das avaliações, conferindo mais eficácia ao processo.

Sabendo-se que o processo de evolução funcional já é matéria de reforma, resta ao CIG o encaminhamento do pleito ao COREH para a implementação de melhorias, inclusive com a proposta de premiação para o melhor colocado, em cada exercício, no processo de promoção, enfatizando a cultura de reconhecimento dos méritos alcançados e a publicação do resultado integral da lista de candidatos que obtiveram êxito na progressão e na promoção, bem como a pontuação e nota daqueles que não foram contemplados, para conferir mais transparência ao processo e promover mais participação dos empregados públicos de carreira.

A quinta deliberação, da parte de Antonio Reboredo, Ouvidor da instituição, deu-se acerca das mudanças no sistema da Ouvidoria, do avanço no sentido do tempo de resposta aos TAs, das melhorias vindouras, já em fase avançada de implementação e, em especial, da importância do cumprimento dos prazos, lembrando que os trabalhos da Ouvidoria, também são contemplados como indicadores no processo de bonificação da instituição. Nessa linha, Oswaldo Alves, Delegado da Leste, sugeriu a volta do dispositivo 'alerta', quando do recebimento de TAs, para facilitar o cumprimento dos prazos de resposta.

A sexta deliberação, manifestada por Palmieri, Delegado de Araçatuba, tratava do pleito de retomada dos trabalhos de assistência social junto às Delegacias Regionais, com o objetivo de garantir os direitos sociais dos empregados públicos e atuar na implementação de políticas que possam articular redes de apoio, em decorrência de afastamentos, doenças associadas à faixa etária e saúde emocional.

Palmieri destacou ainda a necessidade de ação de conscientização, junto as equipes, para fomento do engajamento quanto as metas exigidas, enfatizando a importância de conexão entre as metas diárias/individuais e de equipe com as metas estratégicas da instituição.

A última manifestação, não menos importante, partiu dos Delegados, de forma unânime, no sentido de contribuírem ativamente na elaboração e monitoramento dos indicadores, considerando que cada Delegado Regional conhece suas especificidades, para que os indicadores selecionados contemplem ações diretas das descentralizadas para assegurar o pagamento da bonificação por resultados.

Nada mais foi discutido e dessa forma, às 12 h 30 min, deu-se por encerrada a reunião.

Luzia Solange Machado Sarri

Auditora-chefe

Antonio Luiz Reboredo

Ouvidor

Rogério da Silva Fernandes

Assessor da AGQ

Sandra Kaori Iinuma Hase

Diretora do RHADP

Thamyres Raiane da Silva

Assessora de Gabinete

Helena Carina Mazola Rodrigues

Diretora do AGAPR



Documento assinado eletronicamente por **Luzia Solange Machado Sarri, Auditora-Chefe**, em 13/01/2026, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Da Silva Fernandes, Assessor de Gabinete**, em 14/01/2026, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Luiz Reboredo, Ouvidor**, em 14/01/2026, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thamyres Raiane Da Silva, Assessora de Gabinete**, em 14/01/2026, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Kaori Iinuma Hase, Diretora de Divisão**, em 14/01/2026, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Lourenco Pancieri, Delegado Regional**, em 19/01/2026, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Cristiane Norie Kuroiva, Delegada Regional**, em 19/01/2026, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Nogueira Da Silva, Delegado Regional**, em 19/01/2026, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Pinheiro Sanchez, Delegado Regional**, em 19/01/2026, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josias Barbosa, Delegado Regional**, em 19/01/2026, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Cristina Lopes Pereira De Moraes, Delegada Regional**, em 19/01/2026, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amauri Sergio Kurihara, Delegado Regional**, em 19/01/2026, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Kamei, Delegada Regional**, em 19/01/2026, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Donha Campos Gaspari, Delegada Regional**, em 20/01/2026, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Antonio Godinho Da Silva, Delegado Regional**, em 20/01/2026, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Cristina Lorenz Santos, Delegada Regional**, em 20/01/2026, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#) , informando o código verificador 0094495549 e o código CRC 54AA83EB.